



ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA E TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-SEMAD E O MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.

Pelo presente instrumento, de um lado, o ESTADO DE MINAS GERAIS, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, doravante denominado ESTADO/SEMAD, com sede na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n, Prédio Minas Gerais, 1º e 2º andares, Bairro Serra Verde – Belo Horizonte – Minas Gerais – CEP: 31.630-900, neste ato representada por seu titular, Adriano Magalhães Chaves, e de outro lado, o MUNICÍPIO de JUIZ DE FORA, inscrito no CNPJ sob nº18.338.178/0001-02 com sede na Avenida Brasil, 2001, 9º andar, Centro, Juiz de Fora, MG, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, Custódio Antônio de Mattos, doravante denominado MUNICÍPIO, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, neste ato representada pelo Superintendente da Agência de Gestão Ambiental de Juiz de Fora – AGENDA-JF, Alexandre Augusto Carneiro, resolvem celebrar o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes, regidos, ainda, pela Lei Complementar 140/2011; Lei Federal nº 8.666/93; Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 e Deliberação Normativa COPAM nº 102, de 25 de outubro de 2006.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Convênio tem por objeto estabelecer a cooperação administrativa e técnica entre as partes, visando o exercício, pelo MUNICÍPIO, de atribuições de licenciamento, fiscalização e controle ambientais.



ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

CLÁUSULA SEGUNDA - DO LICENCIAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Compete ao MUNICÍPIO, nos termos da legislação aplicável e das cláusulas deste convênio o licenciamento, a fiscalização e o controle das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental:

I – das atividades classificadas pela Deliberação Normativa COPAM N°74/2004 como classes 1 e 2 de impacto local;

II – a partir da publicação do presente convênio, das atividades classificadas pela Deliberação Normativa COPAM N°74/2004 como classes 3 e 4 de impacto local;

III - além das atividades descritas nos demais incisos desta Cláusula, a seu critério, aquelas cujos portes e potenciais poluidores ou degradadores sejam inferiores aos de classe 1 e/ou as não descritas pela Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004 e que sejam de impacto local.

Parágrafo Primeiro: A partir da publicação deste convênio, a atuação do ESTADO/SEMAD se dará de forma subsidiária, podendo auxiliar no desempenho das atribuições decorrentes das competências comuns, quando solicitado pelo MUNICÍPIO, e de forma supletiva, se ocorrer o descumprimento do convênio, na forma prevista na cláusula nona.

Parágrafo Segundo: Os procedimentos administrativos de licenciamento ambiental em andamento nos órgãos ambientais estaduais competentes não serão objeto do presente convênio.

Parágrafo Terceiro: A partir da publicação deste convênio deverá o MUNICÍPIO realizar, no mínimo, procedimento de licenciamento ambiental simplificado para atividades classificadas pela DN 74/04 como de classes 1 e 2.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

Compete ao MUNICÍPIO, observada a legislação federal, estadual e/ou municipal, quando houver, a fiscalização, lavratura do auto de infração ambiental e instauração do processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental cometidas em seu território e



ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

especialmente aquelas decorrentes dos empreendimentos ou atividades que vier a licenciar ou autorizar.

Parágrafo Único: O disposto no *caput* desta cláusula não impede o exercício pelos entes federativos da atribuição comum de fiscalização da conformidade de empreendimentos e atividades efetiva ou potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais com a legislação ambiental em vigor, prevalecendo o auto de infração ambiental lavrado por órgão que detenha a atribuição de licenciamento ou autorização.

CLÁUSULA QUARTA - DA QUALIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO comprova, anexando os documentos pertinentes ao respectivo processo administrativo, e declara a observância dos requisitos legais e regulamentares necessários para o atendimento do objeto do presente convênio, conforme previsto na Deliberação Normativa COPAM nº 102/2006, responsabilizando-se por sua legitimidade e veracidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Para o cumprimento do objeto deste Convênio compete:

I- ao ESTADO DE MINAS GERAIS, através da SEMAD e de suas entidades vinculadas:

- a) Fiscalizar a gestão ambiental praticada pelos órgãos e entidades do Município de Juiz de Fora;
- b) Por solicitação do órgão municipal, dar treinamento aos técnicos do MUNICÍPIO sobre os aspectos legais, administrativos do licenciamento dos empreendimentos a que se refere a Cláusula Segunda deste Convênio e prestar apoio técnico, mediante reuniões periódicas a serem acordadas entre as partes;

II- ao MUNICÍPIO:

- a) dispor de órgão ambiental capacitado, com técnicos próprios ou em consórcio, devidamente habilitados e em número compatível com a demanda das ações administrativas ambientais, além de conselho de meio ambiente;



ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

- b) proceder ao licenciamento, fiscalização e controle ambiental das atividades a que se refere a Cláusula Segunda deste Convênio, observando as normas aprovadas pelo Conselho Estadual de Política Ambiental –COPAM, bem como as diretivas procedimentais dos órgãos e entidades estaduais, que integram o presente Convênio, devendo sua atuação realizar-se de maneira harmônica e integrada às atividades desenvolvidas pelos órgãos e entidades estaduais componentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente–SISNAMA;
- c) dar publicidade aos pedidos de licenciamento a todos os Municípios limítrofes, assegurando-lhes o acesso às informações técnicas, especialmente àquelas que permitam avaliar a extensão territorial dos impactos ambientais das atividades objeto de pedido de licenciamento;
- d) alimentar o Sisema-Net sobre as atividades licenciadas, conforme modelo a ser fornecido pelo ESTADO DE MINAS GERAIS, através da SEMAD;
- e) encaminhar semestralmente, ao ESTADO/SEMAD, relatório das atividades desenvolvidas em razão deste convênio, em suas respectivas áreas de atuação;
- f) nos casos de atividades de significativo impacto ambiental, as licenças ambientais municipais deverão prever expressamente a seguinte condicionante: “o empreendedor deverá instruir processo de compensação ambiental conforme legislação vigente e enviar o mesmo à Gerência de Compensação Ambiental do Instituto Estadual de Florestas-IEF, em observância às normas federais e estaduais em vigor sobre a compensação ambiental prevista na Lei Federal 9.985/2000 e no Decreto Estadual 45.175/09, para apuração do valor a ser pago pelo empreendedor e proposta de destinação e aplicação deste recurso pela Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas do Conselho Estadual de Política Ambiental –COPAM”;
- g) observar e fazer observar a determinação de reposição florestal e de elaboração de plano de auto suprimento aos empreendimentos licenciados pelo MUNICÍPIO que utilizem produtos e/ou subprodutos da flora, nos termos das normas ambientais em vigor.



ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

h) observar as normas federais e estaduais em vigor sobre utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, em especial a Lei Federal 11.428/06.

i) efetuar a cobrança da taxa florestal, através do Documento de Arrecadação Estadual – DAE, em todos os processos que envolvam exploração e ou supressão de vegetação nativa ou exótica, bem como o comércio, beneficiamento e transporte de produtos e subprodutos florestais conforme a Lei nº 4.747 de 09 de maio de 1968 e Decreto nº 36.110 de 04 de outubro de 1994.

j) manter, durante toda a vigência do presente convênio, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação necessárias ao cumprimento do objeto previsto na Cláusula Primeira;

CLÁUSULA SEXTA - DO CUSTO DO LICENCIAMENTO

O MUNICÍPIO será ressarcido pelo empreendedor, respeitada a legislação aplicável, pelos custos de análise e vistoria dos pedidos de licença ambiental, observando-se como valores máximos aqueles estabelecidos pelo ESTADO, tendo em vista os critérios de porte e potencial poluidor ou degradador estabelecidos pelo Conselho Estadual de Política Ambiental-COPAM.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

O MUNICÍPIO responderá civil, penal e administrativamente por quaisquer danos que, por sua ação ou omissão, no âmbito deste Convênio, venham a ser causados ao meio ambiente ou a terceiros.

Parágrafo Único - Na hipótese de ocorrer a situação prevista no *caput* desta Cláusula, o Estado de Minas Gerais, através do ESTADO/SEMAD, mediante processo administrativo, apurará e avaliará as responsabilidades do MUNICÍPIO, podendo, fundamentadamente, denunciar o presente Convênio.



CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO

O presente convênio poderá ser aditado, respeitada a legislação pertinente, quando necessário para promover sua adequação ao cumprimento de seu objeto.

Parágrafo Primeiro - As partes devem promover a adequação das normas do presente convênio à legislação superveniente, sempre que necessário.

Parágrafo Segundo - Compete ao MUNICÍPIO o cumprimento da legislação posterior à celebração deste convênio naquilo que lhe for aplicável.

CLAÚSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO

O presente Convênio poderá ser rescindido unilateralmente, mediante comunicação à outra parte com antecedência de 90 (noventa) dias, ou denunciado a qualquer tempo, no caso de descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, devendo ser comunicados do ato o Conselho Estadual de Política Ambiental–COPAM e o Conselho Municipal de Meio Ambiente respectivo.

Parágrafo único - Na hipótese de rescisão, o MUNICÍPIO deverá encaminhar, imediatamente e completamente instruídos, os processos de licenciamento ou de infração em andamento aos órgãos ambientais estaduais competentes, que darão continuidade aos mesmos até sua conclusão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Convênio é de 48 meses, a partir da data de sua publicação, ficando prorrogado por igual período, na falta de manifestação em contrário de qualquer das partes.

Parágrafo único - Após a primeira prorrogação, o convênio deverá ser prorrogado sempre por solicitação de ofício ao ESTADO DE MINAS GERAIS, através da SEMAD, por períodos de 48 (quarenta e oito) meses.



ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

Ao ESTADO DE MINAS GERAIS, através da SEMAD, competirá a publicação do extrato deste Convênio no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados de sua assinatura, como condição de eficácia deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS


Os casos omissos oriundos da execução do presente Convênio serão resolvidos pelas partes, através de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO


Para dirimir questões eventualmente oriundas do presente Convênio, fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte-MG, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e convenientes firmam o presente Termo de Convênio, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Belo Horizonte, 24 de setembro de 2012.


Adriano Magalhães Chaves

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-
SEMAD


Custódio Antônio de Mattos
Prefeito Municipal de Juiz de Fora

